



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 007/Inst. CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 17 FEVEREIRO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PPB</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Neivo Beraldin</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PPS</i>	<i>Waldir Leite</i>
<i>PSB</i>	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PRP</i>	<i>Jocelito Canto</i>
<i>PSC</i>	<i>Mauro Moraes</i>

Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Khury - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Guimarães - Rafael Grecca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Wanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Ailton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Nelson Tureck; PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli Miltinho Pupio; PTB - 04: Carlos Simões - Luiz Accorsi - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Luciano Ducci - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PRP - 01: Jocelito Canto; PSC - 01: Mauro Moraes.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
REALIZADA EM
17 DE FEVEREIRO DE 2003**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nereu Moura e Geraldo Cartário.

Às quinze horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Khury, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Dúflio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre paulo Campos, Pedro ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Grecca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Costa Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO SOLENE

e instalada a 1ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos, ocasião em que S. Exa. o Sr. Roberto Requião de Mello e Silva - governador do Estado do Paraná - atendendo dispositivo constitucional, procederá a leitura da mensagem que dará conta da situação do Estado e solicitará providências que julgue necessárias.

Designo uma comissão composta de S. Exas. os senhores deputados: Luiz Carlos Martins, deputada Elza Correia e Marcos Isfer acompanhar a este Plenário S. Exa. o senhor governador do Estado do Paraná Roberto Requião.

Suspendo a Sessão por alguns instantes para aguardarmos S. Exa.

(Suspensa a Sessão)

(Reaberta a Sessão)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É com a máxima satisfação que anuncio a composição da Mesa: Exmo. Sr. deputado Hermas Eurídes Brandão - presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Des. José Antonio Vidal Coelho - presidente em exercício do Tribunal de Justiça; Exmo. Sr. Roberto Requião de Mello e Silva - governador do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Paulo Pimentel - ex-governador do Estado do Paraná e presidente da Copel; Exma. Sra. Maria Tereza Uille - procuradora-geral da Justiça; Exmo. Sr. conselheiro Henrique Naigeboren - presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; Exmo. Sr. deputado Nereu Moura - 1º secretário da Assembléia Legislativa; Exmo. Sr. deputado Geraldo Cartário - 2º secretário da Assembléia Legislativa.

Convido os presentes a ouvirem o Hino Nacional Brasileiro, a ser cantado pelo tenor pontagrossense Sílvia Prendel.

(Execução do Hino Nacional)

É com grande alegria que abrimos hoje, na condição de presidente do Poder Legislativo do Estado do Paraná, a 15ª Legislatura.

Os 150 anos do Paraná que comemoramos nesse 2003 encontram esta Casa pronta para responder com responsabilidade, ao desafio imposto pela expectativa de dez milhões de paranaenses.

A renovação atende ao imperativo da mudança que eleva a participação feminina, reúne juventude e experiência, promove o equilíbrio da representação e renova nossas mais nobres esperanças.

Tão grande é a nossa responsabilidade, que sem abrir mão por um dia sequer, do princípio que nos delega a vigilância da ordem democrática, jamais deixaremos faltar aos demais poderes, o apoio necessário à execução das medidas que preservem o interesse do povo do Paraná.

Assim agiremos, sob as bênçãos de Deus, vamos ao trabalho.

Muito obrigado!

(Execução do coral)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Tenho a honra de conceder a palavra ao Exmo. Sr. governador do Estado do Paraná, Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO

Mais uma vez, usando a tribuna da Oposição, cumpro uma antiga formalidade das aberturas das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Senhor deputado Hermas Brandão; desembargador José Antonio Vidal Coelho; ex-governador Paulo Pimentel; doutora Maria tereza Uille - procuradora geral da Justiça; senhor Henrique Naigeboren - presidente do Tribunal de Contas; deputado Nereu Moura; deputado Ger-

aldo Cartário; deputado Antonio Anibelli - líder do meu Partido nesta Casa; deputado Ângelo Vanhoni - líder do nosso Governo.

Desde que olhamos para o céu no dia 1º de janeiro e vimos a configuração do Cruzeiro do Sul, que hoje temos como marca do Governo, passaram-se quarenta dias e quarenta noites. Aqueles, tantas vezes atribulados e estas, muitas vezes insônias. E, passado esse tempo de provação, revelo aos paranaenses o que encontrei no Estado. Presto conta do que já fizemos e apresentamos o que vou fazer. Mais isto do que aquilo, porque é tempo de avançar, de construir, de tornar realidade o Plano de Governo que os paranaenses votaram e aprovaram.

De início, cumpro o nem sempre agradável dever do relatório do estado de coisas que o meu Governo herdou. Oito anos na Oposição fizeram-nos críticos vigilantes, atentos da ação governamental, dos desvios na condução dos negócios de Estado. No entanto, sinto dizê-lo, paranaenses: havia nas gavetas, nos armários e mal disfarçada sob tapetes bem mais irregularidades e problemas que fosse lícito imaginar. As informações que agora temos, fazem das reuniões e atividades das Comissões de Transição uma brincadeira de péssimo gosto. É correto afirmar que houve deliberada omissão e que houve deliberada omissão e ocultação de informações não apenas para induzir o novo governo a erros, e sim, principalmente, para esconder a realidade das coisas.

Começo o balanço pela situação financeira do Estado. No último dia do nosso período governamental anterior, encerrado no dia 31 de dezembro de 1994, a dívida consolidada do Paraná era de oitocentos e setenta milhões de reais. Oito anos depois, nesse 31 de dezembro de 2002, assumo o novo governo e herdo só de dívida consolidada 12.1 bilhões de reais. No meu período quitei toda a dívida em precatórios. Recebo o governo com uma dívida de 7.1 bilhão de reais em precatórios. Enfim, a dívida total do Paraná soma hoje mais de 20 bilhões de reais contra um bilhão e cem milhões de reais que deixamos ao fim do nosso governo em 1994.

Os neoliberais e o governo que me antecedeu alinhava-se com eles, fizeram da Lei de Responsabilidade Fiscal a sua bandeira. Para eles a Lei era o ápice da modernidade na administração pública, ela escreveria um novo e glorioso capítulo na história dos governos da República, dos Estados e dos Municípios - Conversão fiada - para cortar gastos e investimentos sociais e reservar o caixa para o pagamento dos juros da nossa dívida.

Pois bem, contrariando uma lei de que foi um dos arautos, o governo anterior deixa restos a pagar de 250 milhões de reais, valores contraídos ferindo todos os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Só para registrar: nos últimos seis meses sequer pagaram a conta de telefone, deixando um débito de mais de cinco milhões de reais. A conta da Embratel que fazia conexão da rede de televisão Educativa também deixou de ser paga, desligando as emissoras integrantes do cha-

mado Canal paraná que acabou se resumindo a emissora de Curitiba.

Nas décadas passadas os empreiteiros eram indigitados como vilões da corrupção na administração pública. Modernizamos, avançamos, até porque os empreiteiros hoje resolveram o seu problema com o pedágio. O pedágio com um contrato sem resolução econômica que possibilita que eles façam as obras que querem pelos preços que querem e joguem na tarifa. Empreiteiros que são concessionários do serviço de fiscalização e obras nas nossas estradas do serviço de pedágio. mas, modernizamos e avançamos. E no rastro do progresso temos hoje substituindo os nem sempre claros contratos de obras, os contratos de informática, pelo menos no que toca ao Paraná. Acredito que os contratos de informática que cancelei nesse começo de governo já somem cerca de 100 milhões de reais. Contratos sem licitações, faturados muito além do custo de mercado sem objetivo claro, sem justificativa que sem justificativas que os sustentassem, alguns claramente feitos para tomar dinheiro do Estado. Cito alguns exemplos - começo pelo último que foi cancelado ou da parceira do Estado com uma tal de Associação Via Digital, no valor de 17.7 milhões de reais, dois estudantes, estagiários bolsistas do Citpar, eram os diretores da suposta empresa que eles sequer saibam onde funcionava e se soubessem de pouco adiantava porque o endereço também era falso.

Registro também o cancelamento dos contratos firmados entre o governo anterior e a empresa Sofhar para cadastramento das empresas registradas na Junta Comercial do Paraná. O contrato entre o governo e o Instituto Curitiba de Informática, o notório ICI, para informatizar os departamentos da Polícia Civil, ambos os contratos sem licitação, sempre tendo como apêndice um aditivo para receber um dinheiro a mais sempre lesivos aos interesses público, sempre irregulares, contratos que juntos ultrapassavam 30 milhões de reais.

Na área de informática as investigações prosseguem e desgraçadamente o montante de dinheiro envolvido pode dobrar o que já cancelamos. Enquanto isto a nossa empresa de informática, a Celepar, uma das pioneiras do Brasil no setor, e que por tanto tempo serviu de referência nacional, viu-se deixada de lado, substituída pelas empresas milionárias de estudantes e estagiários, de espertalhões públicos e espertalhões privados. Estamos examinando também outra classe de contratos - os de locação de veículos, de equipamentos, de imóveis, de empresas de limpeza e conservação. A verdade é que encontrei quase que o Estado todo terceirizado, alugado, alienado, e a um custo exorbitante. Cancelei ainda os contratos das agências de propaganda que de aditivo em aditivo pularam de um valor inicial de 27.2 milhões de reais para 157.8 milhões de reais. É mais um exemplo de expediente, de uso de artifícios para contornar a lei, driblar a licitação, fraudar a por eles tão defendida lei de responsabilidade fiscal. Suspendi o pagamento e já anunciei a disposição de romper o contrato de um bilhão e

trezentos milhões de reais para a compra de energia de origem térmica da Cien, empresa espanhola Argentina, controlada pela espanhola Endesa e da Ueg Araucária, da americana El Paso, a cujo empreendimento associamos de forma tão generosa quanto irresponsável. Para dar apenas um argumento em favor do rompimento do contrato basta dizer que vínhamos pagando 480 milhões de reais por todas as outras compras de energia, inclusive Itaipu. E para Ueg e a Cien, fornecedoras minoritárias, um bilhão e trezentos milhões de reais. Os contratos com a Cien mereceriam figurar em todos os Anais, em todas as narrativas, em todos os compêndios da idiotia, da estultice, da estupidez ou da prevaricação, do assalto ao erário.

Vejam, de acordo com o contrato firmado com a Cien a Copel paga o equivalente a 28 dólares por mega watt/hora, da energia comprada. Mas se for negociar a venda dessa energia comprada, que de nada nos serve, porque temos excesso de geração nesse momento, não conseguiremos mais que quatro reais - um dólar e vinte centavos -, o mega watt/hora, pelo qual pagamos vinte e oito dólares. É ou não a matemática da estupidez “take or paid”, ou seja, pegue ou pague, mas ainda ele tem uma cláusula que prevê revisão mensal - os valores são reajustados mensalmente, mesmo que isso seja proibido em lei. Caso não suspendêssemos o pagamento desses contratos, a quebra da Copel seria inevitável. Também para que a Copel sobrevivesse e voltasse a ser o que foi um dia, a melhor empresa de energia do País, do Brasil, reverticalizamos a empresa, acabamos com o fatiamento, com a pulverização feita pelos que pretendiam privatizar a Copel. Essa verticalização que tem o apoio do governo federal, fortalecerá a empresa, reduzindo custos, aumentando a eficiência. Sinalizamos a nossa clara determinação de recuperar a Copel, como um empresa pública a serviço do desenvolvimento paranaense se, da elevação da qualidade de vida da nossa gente. A CIEN, que nos vende energia no sistema “take or paid”, ou seja, temos que pagar embora não utilizemos a energia, compra essa mesma energia das termelétricas argentinas no sistema conhecido com “take only”, ou seja, ela só paga se tomar à energia. Ela não está tomando a energia na Argentina, porque temos excesso de energia. Ela está comprando energia no mercado espote (?) oferecida pela própria Copel a quatro reais - um dólar e vinte centavos - e colocando a energia gerada pela Copel, à disposição da própria Copel, com o pagamento obrigatório de 28 dólares.

É evidente que não restava a um governo sério - a firmeza com que o ex-governador Paulo Pimentel conduz a direção da nossa empresa -, alternativa que não fosse em nome do interesse público, o cancelamento dos pagamentos. Foi isso que fizemos. Por quarenta dias e quarenta noites esperei pacientemente a resposta do sócio minoritário da Sanepar, ao meu apelo, para que fosse revisto o absurdo e ilegal pacto de acionistas, que deu ao Consórcio Dominó o controle da gestão da nossa

empresa. Em vão. Não havia outra saída e a declaração de nulidade do acordo, devolvendo aos paranaenses o controle sobre a sua empresa de saneamento. Além de dar ao sócio minoritário a direção da Sanepar, o pacto trazia cláusulas tão impensáveis, quanto definir como objetivo principal da empresa, a produção de lucros, que apenas seria possível, com a alta das tarifas, a restrição dos investimentos, a queda da qualidade dos serviços oferecidos, a sonegação da água e do esgoto tratados às camadas mais pobres da população. Curitiba tem ainda clara na memória, o resultado desse corte de investimentos e de desatenção à direção técnica da empresa, com a água fétida, que por quase um ano jorrava das nossas torneiras. Nunca é demais lembrar, que o sócio minoritário da Sanepar comprou as ações da empresa a preços abaixo do valor patrimonial.

Aqui, dou crédito ao deputado Neivo Beraldin que contratou uma auditoria que revelou com toda clareza esse expediente, a preços inferiores aos preços de mercado.

E lembro também que o crédito de 199 milhões de reais que o consórcio recebeu do governo anterior, no apagar das luzes de sua gestão, com o compromisso de pagá-lo em 2001, desapareceu, porque o governador do Estado no dia seguinte da minha diplomação e prorrogou o seu recebimento para 2011, vamos resgatar o crédito, o Governo do Estado não retirará recursos da política de saneamento da Sanepar e converterá este crédito em ações ordinárias, atomizando a participação dos especuladores privados que avançaram sobre a empresa de forma imoral com o pacto de acionistas rigorosamente ilegítimo.

A Sanepar voltou a ser dos paranaenses, para dar água e esgoto tratado a todos, para fazer do saneamento básico um dos principais elementos da nossa política de saúde.

A Copel, que o governo anterior tanto empenho fez para vender, o que a resistência dos paranaenses impediu, pelo que tudo indica, foi vítima de uma das mais ousadas pilhagens, no final do governo passado.

A Procuradoria Geral do Estado e o Ministério Público Estadual investigam uma operação de aquisição de supostos créditos tributários.

Numa dessas operações, a Copel adquiriu 60 milhões de reais de crédito da empresa Olvepar, só que esta empresa, com falência decretada desde agosto do ano passado, nega qualquer negociação com a Copel. E apesar da Secretaria da Fazenda ter dado baixa contábil na dívida, o dinheiro não entrou nos cofres do governo.

Figuras tenebrosas do submundo da lavagem do dinheiro estão diretamente envolvidas nesta falcaturia.

De acordo com estimativas da PGE, operações de ICMS fraudulentas feitas pela Copel podem ter gerado um rombo de até 80 milhões de reais.

Para que vocês entendam a brincadeira: a Copel comprou por 52 milhões de reais, um pequeno deságio de

um procurador que não tinha procuração de ninguém e de uma empresa que não tinha crédito, 60 milhões de reais.

Fico imaginando porque uma empresa pública tentaria fazer uma economia na compra de um crédito de ICMS de exportação para lesar o Estado do Paraná, e a Fazenda administrada pela mesma figura que presidia a Copel aceitou o crédito de 60 milhões de reais. A Copel desencana 52 para nada, e a Fazenda deixou de receber 60. Portanto, num cálculo extremamente simples, nós temos nessa única operação do senhor Ingo Hübner, um furo no erário de 112 milhões de reais.

O desvio do dinheiro público, o uso irresponsável de recursos financeiros do Estado, isto é, de todos nós paranaenses permeou toda administração estadual.

Difícil dizer onde não houve irregularidade. Menciono mais uma: o repasse que recusamos a pagar de 58,9 milhões de reais ao Fundo de Pensão dos ex-funcionários do BADEP, um contrato nulo porque o Estado não teve participação no acordo, que impedimos à última hora de se concretizar.

Entramos no Supremo Tribunal Federal com uma ação direta de inconstitucionalidade, para retirar o monopólio do Itaipu na movimentação das contas do governo. Além de arrematar o Banestado a preço de fim de feira, o Itaipu levou de quebra o privilégio de deter o monopólio das contas públicas estaduais, até 2010.

Significa o quê? Que o Estado não negocia a aplicação dos seus dinheiros. Nós estamos escravizados e amarrados a uma situação impensável, num Estado sério e democrático.

Volto atrás para estabelecer neste plenário o crédito da revelação sobre o escândalo da Copel.

O Paraná deve no início das investigações e as primeiras provas sobre o ocorrido, ao deputado do PT, Tadeu Veneri, a quem o governo do Paraná rende as homenagens nesse momento. Esse é o papel de um deputado, legislar sim, mas a fiscalização do comportamento do Estado é uma constante. E a mesma atitude, deputado Tadeu, que V. Exa. teve em relação ao governo anterior tenha também em relação ao nosso governo. Que qualquer irregularidade seja denunciada a tempo de ser coibida, porque o Paraná e o Brasil não aceitam mais esse aprofundamento do jogo e da situação de corrupção que dilapida o erário, impede as políticas sociais e desmoraliza o Parlamento e o próprio governo.

Segundo estimativas, a administração das contas do Paraná representam um volume de ativos próximo a um bilhão de reais por mês.

Doce privilégio, apetitoso monopólio e qual é a contrapartida que o Itaipu nos oferece? Nada. Rigorosamente nada. Por ser esse monopólio ilegal estamos no Supremo para derrubá-lo.

Estamos apoiando firmemente os trabalhos do Ministério Público, na ação civil pública, para cobrar juros e correção monetária de um empréstimo ilegal de perto de 10 milhões de reais, concedido pelo governo anterior a Detroit Diesel Motores do Brasil. Da mesma

forma pretendemos ir à justiça para questionar todos os privilégios, as inconcebíveis benesses que o Estado deu sem nenhuma justificativa racional as empresas multinacionais.

Continuamos reafirmando os nossos votos de boas vindas as empresas estrangeiras. Saibam elas, no entanto, que a festa acabou e que nenhum benefício vai ser dado a elas sem que também o recebam empresas paranaenses.

Em relação ao pedágio, estamos concedendo as concessionárias, a mesma oportunidade que demos aos negócios minoritários da Sanepar, antes que decretássemos nulo o acordo de acionistas. Isso é prazo para que eles reflitam e para que tomem a decisão de reduzir drasticamente as tarifas, do contrário o pedágio vai acabar, como acabou a patifaria da Sanepar. Que fique bem claro!

A economia paranaense não pode continuar arcando com esse absurdo, o custo do pedágio.

Acabo de receber um estudo das cooperativas agrícolas mostrando mais uma vez o impacto nocivo do pedágio sobre a produção paranaense.

Diz o estudo que o custo total com o pedágio no transporte da safra do complexo soja e milho, ultrapassará 80 milhões de reais.

O trecho São Miguel do Iguaçu, São José dos Pinhais, por exemplo, o pedágio consome hoje, no momento em que a soja tem preço alto, cerca de 20 sacas de milho e 10 sacas de soja. No transporte do calcário mostra o estudo, o impacto do preço pedágio é arrasador, nocivo do pedágio sobre a produção paranaense. Diz o estudo que o custo total com o pedágio, no transporte da safra do complexo soja e milho, ultrapassará os 80 milhões de reais.

No trecho São Miguel do Iguaçu - São José dos Pinhais, por exemplo, o pedágio consome, por caminhão, cerca de 20 sacas de milho e mais de 10 sacas de soja. No transporte do calcário, mostra o estudo, o impacto do preço do pedágio é arrasador.

Logo, ou o pedágio baixa para valer ou as concessões acabam, porque não há direito adquirido contra o interesse público. Mesmo porque o contrato firmado com as concessionárias não passa de um arranjo de interesses, flébil e débil, bem mais inconsistente que o contrato da Sanepar, que acabo de anular. As concessões do pedágio estão como diz o povo: “no bico do urubu”. Ou o pedágio baixa, ou acaba.

A Ferroeste é outro nó que nos desafia e que também será desatado. Não foi para atender a interesses de grupos privados que investimos 340 milhões de dólares na construção da ferrovia. O preço da tarifa e a péssima qualidade dos serviços mostram com clareza a inadequação da privatização.

O Paraná precisa da Ferroeste. A concessão é um nó e cabe ao nosso governo, e a esta Assembléia, unirem-se em um gesto de amor ao Paraná e em defesa de nossa economia, rompendo com mais esse impasse.

E muito mais encontramos nas gavetas nos armários, sob os tapetes. E muito mais, infelizmente, vamos encontrar já que o repertório de irregularidades da administração anterior parece inesgotável e surpreendente.

Acredito que agora fique claro para quem não entendeu a minha decisão de decretar a moratória dos pagamentos, logo nos primeiros dias de meu governo. Com toda a certeza essa medida poupou aos paranaenses dezenas de milhões de reais e permitiu que agíssemos de forma eficiente na suspensão de contratos e acordos.

No entanto, esses primeiros 40 dias não foram feitos apenas de atos e fatos contra desvios e irregularidades. Mesmo porque não sou chicote de Deus. Fiz aquilo que os paranaenses imaginavam que devesse fazer. Estou cumprindo o meu compromisso de uma atuação firme contra a corrupção. Mas não julgo, não acuso, não condeno. Apuro os fatos e os remeto ao Ministério Público, a quem compete as medidas cabíveis.

Esses primeiros 40 dias foram também um tempo de construção.

Foi com grande satisfação que assinei - e assim honrei - um dos principais compromissos de minha campanha, o decreto de isenção e redução do ICMS para as pequenas empresas paranaenses. Das 170 mil empresas contribuintes de ICMS, 120 mil ou ficaram isentas do tributo ou vão pagar bem menos impostos.

É o Paraná promovendo a troca de imposto por emprego, liberando os nossos pequenos empresários para crescerem, produzirem, criarem mais empregos, gerarem mais renda. Libertos do imposto certamente eles retribuirão exigindo nota fiscal de seus fornecedores, ajudando assim a combater a sonegação e a manter o nível de arrecadação.

E anuncio aqui que já estão prontos os estudos e vamos colocar já em prática o programa de isenção de cobrança das contas de luz das famílias mais pobres, que estejam inscritas em programas sociais do governo federal e que consumam mensalmente até 100 quilowatt hora de energia elétrica. De pronto acreditamos que 700 mil paranaenses ficarão isentos do pagamento da conta de luz.

É uma primeira e efetiva medida de nosso programa de combate à pobreza, de combate à fome, de inclusão social dos paranaenses marginalizados. Agora que retomamos o controle da Sanepar vamos acelerar os estudos para levar água tratada de graça as famílias de menor renda.

Anuncio também, com grande satisfação, o início do programa de construção de casas populares. O programa "Casa da Família" está de novo ativo. Começamos com a construção de 500 casas em Ponta Grossa de outras 363 em municípios do Norte Pioneiro. Ao mesmo tempo já começamos a atuar em Curitiba e Região Metropolitana, para procurar resolver os graves problemas das invasões, das habitações precárias, do avanço sobre

as áreas dos mananciais, do espalhar quase que incontrolável das favelas.

É o início do trabalho. Ao todo serão 200 mil unidades, para atender perto de um milhão de paranaenses com moradias dignas, confortáveis e de prestações acessíveis.

E já começamos a acertar as contas do débito do Estado para com os professores. É outro compromisso que começa a transformar-se em realidade. Disse que devolveria aos nossos mestres a dignidade, a autoestima e as condições para o exercício da tarefa de bem educar os nossos filhos. No dia 31 de janeiro pagamos o terço de férias aos professores da rede pública estadual. Faz muitos anos que esse pagamento não era feito nem da forma e nem no período previsto pela lei, ou seja, em parcela única e em coincidência com as férias do professor. De agora em diante esse direito fica garantido.

Atendemos também uma antiga reivindicação dos nossos mestres. A partir deste ano, cerca de 40 mil docentes passam a contar com 20% de hora-atividade, o dobro do período até agora admitido. Com isso, estamos dando aos professores mais tempo para preparar as suas aulas e os remuneramos por esta atividade.

Tantas vezes insisti que a boa remuneração dos policiais militares e civis é essencial para que tenhamos uma nova polícia, para que possamos praticar uma nova política de segurança. Por isso, foi com satisfação que atendi antigas reivindicações e determinei o pagamento dos reajustes salariais aprovados. Já na primeira parcela, procurei pagar, em média, 90% do aumento.

Também conforme o compromisso assumido estamos tomando medidas concretas para a reabertura do IPE e do Hospital da Polícia Militar. Para tanto, estamos corrigindo situações anômalas. Eu mesmo, em duas visitas que fiz ao hospital da PM, pude constatar irregularidades inadmissíveis, que precisam ser corrigidas antes da reabertura do estabelecimento.

O hospital tem 433 funcionários entre civis, militares e terceirizados. Encontrei, dos setenta terceirizados, quinze trabalhando durante o dia e dois durante a noite e dos trezentos e tantos funcionários civis e militares, não mais que dez davam expediente no Hospital da Polícia Militar. Novecentos e quatorze mil reais era a folha de pagamento dos militares, e cento e vinte e quatro mil reais a folha dos civis. Um milhão e trinta e oito mil reais jogados fora pela janela diante da irresponsabilidade do comando anterior da Polícia Militar e da torpeza do diretor geral que sequer tomou uma providência para que esse desvio fosse regularizado ou que pelo menos, os cento e doze médicos e dentistas em algum lugar, pudessem exercer a sua profissão, dando assistência à Polícia Militar, aos funcionários públicos ou aos pacientes atendidos pelo SUS.

É esse o tamanho da omissão e do desprezo pelo Erário e pelo conjunto do funcionalismo.

Estou cobrando do novo Comandante da Polícia Militar, medidas extremamente duras em relação aos responsáveis por esse descabado.

Como prometi para os paranaenses, assumi a Secretaria de Segurança para fazer a limpeza da polícia, para extirpar a sua banda podre em relação aos responsáveis por esse descabro.

Como prometi para os paranaenses, assumi a Secretaria de Segurança para fazer a limpeza da polícia, para extirpar a sua banda podre. Sem o quê não podemos executar com êxito qualquer política séria de segurança pública. E a limpeza já começou. Depois de afastar dezenas de policiais de suas funções, caminhamos agora para excluí-los numa nova legislação, com apoio desta Casa, permitirá que esta limpeza seja feita sem os percalços que eu próprio tive em minha gestão anterior. Estabeleci uma sintonia fina e espero: séria e duradoura, com o Judiciário e com o Ministério Público para que, juntos, desencadeássemos no Paraná uma operação mãos limpas. Não apenas contra a corrupção policial, mas contra a corrupção e os desvios de dinheiro público em relação a uma constante fiscalização dos agentes públicos e a punição dos desvios e ferimentos sérios que ocorrem cada dia ao erário.

De forma implacável, transparente e sempre obediente às leis, vamos fazer do Paraná um péssimo lugar para os corruptos, crime organizado, para os traficantes e para a jogatina. No episódio recente da tortura de um mecânico na Delegacia de Furtos e Roubos, sinalizei como vamos agir contra a truculência policial. A tortura será duramente punida, como já foram e estão sendo punidos os responsáveis pelos maus tratos de que foi vítima o mecânico. Tolerância zero contra a violência, a falta e urbanidade, a tortura e a corrupção na polícia. Para os que se iludiram com uma interpretação errada do Programa Tolerância Zero da Polícia de Nova Iorque, quero deixar claro aos senhores parlamentares que conheço a ação da polícia novaiorquina em profundidade e que o Programa de Tolerância Zero nunca se traduziu com violência contra a população.

Era tolerância zero contra a falta de urbanidade, violência e corrupção dos policiais que foram afastados aos milhares da polícia de Nova Iorque restabelecendo a confiança do povo, que é indispensável para que uma polícia possa funcionar de forma eficiente em Nova Iorque, no Paraná ou em qualquer lugar do mundo. E para tornar a administração pública mais transparente, fiz um decreto já nos primeiros dias do nosso governo, determinando que as secretarias, as autarquias, as empresas públicas respondam, no máximo, em 05 dias os pedidos de informação feitos pelo Poder Legislativo. Não temos nada a esconder. o governo está aberto para esclarecer qualquer dúvida.

Quando assumimos, a situação do parque do nosso litoral, balneários e praias era lamentável: lixo acumulado, riachos e canais assoreados favorecendo enchentes, inundações e falta de água. Em poucas semanas concen-

tramos os esforços de várias secretarias e órgãos públicos e procuramos dar aos habitantes do litoral e veranistas um pouco mais de conforto. Obras emergenciais em execução buscam evitar a repetição das enchentes e a coleta de lixo foi restabelecida, ainda não em sua total plenitude por uma insistente inadimplência da empresa contratada no governo anterior ao nosso.

São algumas citações que gostaria de fazer sobre a ação do governo nestes primeiros 40 dias de mandato. Elas fazem parte de uma proposta que pretende fazer as mudanças que a sociedade paranaense, que os brasileiros, tanto anseiam.

É sobre este plano, para o quadriênio 2003/2006 que passo a falar agora.

Elaborar uma proposta de ação para o nosso Estado, no momento presente, exige, de pronto, definir um norte, achar o veio, tocar o alvo. Este objetivo central pode ser sintetizado em dois conceitos: inclusão social e desenvolvimento sustentado. Desenvolver o Paraná significa uma melhor distribuição da renda e a incorporação na sociedade da população mais pobre.

Em um país em desenvolvimento, com forte passado colonial, e que se assentou em uma sociedade escravocrata, a exclusão social é uma marca.

Hoje, mais de 2 milhões de paranaenses vivem abaixo da linha de pobreza. Dois em cada grupo de 10 paranaenses não têm acesso a direitos fundamentais como saúde, educação, trabalho, moradia, meio ambiente saudável. Não são cidadãos no conceito mais simples do termo. Tal realidade ameaça a construção da democracia que todos desejamos. Tal realidade é inadmissível em um Estado tão rico quanto o nosso, com uma natureza tão pródiga e um povo tão trabalhador.

Diferentemente dos países mais desenvolvidos, para os quais a exclusão social representa hoje apenas a possibilidade de perda de direitos de cidadania já conquistados historicamente, no Brasil a dimensão da exclusão social reflete na incapacidade de se generalizarem condições mínimas de sobrevivência e acesso aos mercados para o conjunto da população.

A inclusão social, para nós, constitui o eixo central sobre o qual se apoia toda a ação governamental. A nossa referência central, o foco do nosso Programa de Governo está no povo. A população do Paraná deve ser o sujeito, o fundamento e o fim de todas as instituições. As medidas econômicas, sociais e políticas que estamos executando, e projetamos para os próximos 4 anos, voltam-se para assegurar a cada pessoa, a todas as pessoas, os direitos fundamentais do cidadão.

A grande possibilidade histórica que o Paraná tem no atual momento político é a de usar as políticas de redistribuição de renda no curto prazo, de tal modo que elas se tornem políticas efetivas de distribuição de renda, no médio e longo prazos.

A ênfase em uma estratégia de desenvolvimento sustentado, cujo eixo central é a inclusão social, reflete-se

no compromisso de retomada da ação planejada no Estado do Paraná.

Esta decisão reconhece que o planejamento público é a única possibilidade de inclusão de todas as classes sociais na construção de uma sociedade mais justa, econômica, regional e socialmente.

Assim, planejar o desenvolvimento de uma sociedade é criar ações conscientes de inclusão social. Parte-se do princípio de que cabe a ação estatal, através da ação planejada, e não à iniciativa privada, delinear os contornos da sociedade que se planeja.

Enfim, elaborar o Plano de Desenvolvimento do Paraná significa redefinir o papel do Estado, saindo de uma visão minimalista, onde o poder foi transferido para ONG's, OSIPS, Serviços Sociais Autônomos e mais, devolvendo ao Estado o poder de elaborar políticas de desenvolvimento em parceria com instituições da sociedade efetivamente comprometidas com os interesses populares.

Uma proposta de desenvolvimento para o Paraná passa necessariamente pela definição de quatro linhas de ação, que se desdobram em diretrizes estratégicas. São elas:

1. expansão da capacidade produtiva;
2. competitividade e infra-estrutura;
3. educação, inovação e meio ambiente;
4. emprego e cidadania.

A expansão da capacidade produtiva de uma sociedade determina o seu nível de renda e emprego. Esta é a mais importante estratégia de inclusão social, uma vez que reconhece a geração de emprego como o caminho mais efetivo e duradouro de inclusão.

O desenvolvimento sustentado do Paraná passa necessariamente pela expansão da agricultura, da indústria, do comércio, dos serviços e do turismo, através do crescimento dos investimentos e aumento da produtividade.

Para que isso se transforme em realidade, estas são as principais diretrizes:

Elaboração de uma política agrícola e industrial local, para que haja um crescimento mais intenso das unidades produtivas, estimulando o aumento da produtividade e da competitividade do agronegócio paranaense.

Desconcentrar os investimentos industriais, apoiando as vocações regionais e estreitando as relações interregionais.

Na agricultura, vamos implantar políticas que garantam ao produtor rural o seu sustento e permitam a expansão da produção. Incluímos aqui a retomada dos programas de pesquisa e apoio técnico, a garantia de preço mínimo a cultivos estratégicos, o seguro de safra, um fundo de aval para garantir o nosso produtor contra a ganância dos bancos, o financiamento com a equivalência em produto, o nosso "Panela Cheia", que volta renovado, e o estímulo ao uso de programas de créditos federais.

Vamos ainda promover e apoiar a criação de pequenas agroindústrias rurais em parcerias com as prefeituras.

Ampliaremos o serviço público de extensão rural, para incorporar também pequenos e médios produtores. Assim como incentivaremos e apoiaremos o sistema cooperativista paranaense.

Para reduzir as disparidades regionais, criamos políticas de desenvolvimento que passam a ver o Paraná como um todo, resultado da soma de todas as suas potencialidades. Afinal, o paranaense deve poder viver bem e ser feliz onde nasceu e foi criado, onde estão as suas raízes.

A curto prazo, programas de desenvolvimento rural urbano oferecerão soluções emergenciais aos problemas enfrentados pela população das regiões mais pobres e abandonadas do Paraná.

A melhoria da eficiência na aplicação dos recursos públicos para políticas de desenvolvimento, a disseminação de inovações tecnológicas, o estímulo e fortalecimento do sistema local de inovação são outros propósitos, que já começamos a transformar em realidade.

A desoneração das micro e pequenas empresas, de forma a facilitar a criação de empregos no setor formal da economia - medida que já tomamos - é outra política fundamental para que se crie no Paraná um ambiente propício a retomada e democratização do desenvolvimento.

A segunda linha de ação é o fortalecimento da infra-estrutura econômica e social. Isso compreende a melhoria da infra-estrutura portuária, a melhoria do sistema rodoviário, ferroviário, aeroviário. Além do acesso de empresas locais e possibilidades de financiamentos estatais.

Estas são as principais diretrizes quanto a esta linha de ação.

Criar condições de um maior acesso ao crédito por parte das empresas locais às fontes oficiais de financiamento como BNDES, BRDE, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Aprimorar o funcionamento da Agência de Fomento Paranaense, a fim de permitir o acesso de empresas locais, notadamente pequenas e micro, aos seus serviços financeiros. O crescimento do atendimento do setor de micro crédito e de serviços financeiros não bancários deverá ser priorizado. Implementar estratégias integradas para o desenvolvimento da infra-estrutura de transporte multimodal

Programa de apoio rodoviário incluindo a conservação da malha rodoviária. O Paraná tem hoje uma das maiores malhas rodoviárias do país. E este imenso patrimônio público está sendo degradado pelo criminoso descaso verificado nos últimos anos.

Eu me pergunto: só nesse pequeno escândalo ora revelado da Copel, quantos quilômetros de estradas poderiam ter sido recuperadas? Cento e doze milhões de reais jogados ladeira abaixo. E imediatamente transferidos

para contas de doleiros e, seguramente transformados na verde colheita da moeda americana.

Da mesma forma degradado pelo criminoso des-caso verificado nos últimos anos.

Da mesma forma estamos revendo já começamos a praticar uma nova política para os portos de Paranaguá e Antonina. O Estado vai retomar o controle sobre o principal porto exportador de grãos do país.

Uma política de fortalecimento da infra-estrutura significa também tornar possível o acesso da população, especialmente os mais pobres, aos serviços de água, esgoto e energia. Para isso estamos retomando o controle da Sanepar, e estamos restaurando o controle do Estado no setor de energia, através de mudanças institucionais na Copel.

Quanto ao turismo, preparamos ações para estimular o turismo regional, mapeando os principais pontos de atração do Paraná, desenvolvendo ações que melhorem a infra-estrutura de recepção, integrando os roteiros estamos revendo, já começamos a praticar uma nova política para os Portos de Paranaguá e Antonina.

O Estado vai retomar o controle sobre o principal porto exportador de grãos do país.

Uma política de fortalecimento da infra-estrutura significa, também, tornar possível o acesso da população, especialmente os mais pobres, aos serviços de água, esgoto e energia.

O Porto de Paranaguá foi privatizado; milhares de trabalhadores perderam o emprego; o salário dos portuários foi drasticamente reduzido; a qualidade do porto não melhorou; Paranaguá perdeu de 35 a 40% do seu movimento comercial e o exportador paranaense está pagando tarifas mais altas. Não é isso que se espera da tão proclamada modernização.

O que está errado tem que ser corrigido; o que existir de certo tem que ser mantido. Eram assim que colocávamos a nossa posição durante o processo de campanha eleitoral.

Uma política de fortalecimento da infra-estrutura significa, também, tornar possível o acesso da população, especialmente os mais pobres, aos serviços de água, esgoto e energia.

Para isso estamos retomando o controle da Sanepar e estamos restaurado o controle do Estado no setor de energia através de mudanças institucionais da Copel.

Quanto ao turismo: preparamos ações para estimular o turismo regional mapeando os principais pontos de atração do Paraná; devolvendo ações que melhorem a infra-estrutura de recepção; integrando os roteiros turísticos paranaenses aos dos países do Mercosul.

Uma política racional de turismo, no entanto, deve levar em conta antes de tudo, que temos no Paraná, em Foz do Iguaçu, Dobrandino, o segundo maior parque hoteleiro do país e que neste momento, apresenta um baixíssimo índice de ocupação. Esse é o maior desafio que temos que enfrentar. De nada vale criarmos alternativas virtuais quando a alternativa real da construção pela

Iniciativa Privada, apoiada por programas de Governos nacionais anteriores, viabilizou a criação de um fantástico parque hoteleiro praticamente não usado neste momento.

A terceira linha de ação é a ampliação, fortalecimento e consolidação das ações no âmbito da educação; inovação, saúde e meio ambiente. Para tanto vamos priorizar a redução do analfabetismo nas áreas urbana e rural; ações que aumentem a escolaridade de crianças pobres, principalmente nas áreas menos desenvolvidas e rurais; criar mecanismos para estimular os municípios a fornecerem serviços pré-escolares às crianças de famílias de menor renda e aí entra a secretaria do nosso Padre Roque; expandir práticas que aumentem o rendimento e a qualidade de ensino fundamental e médio na rede pública; aumentar os investimentos para educação pública, de modo a reduzir as disparidades na qualidade de ensino; rigoroso controle do Fundef, eliminando toda sorte de desvios; concurso público para contratação de professores e trabalhadores da educação; formação continuada e gratuita para os professores em instituições de ensino superior; implementação do Plano de Cargos e Salários conforme legislação vigente; programa de ampliação, melhoria e manutenção dos prédios escolares públicos e de materiais pedagógicos, didáticos e tecnológicos; fortalecer a capacidade dos municípios para gestão de seus sistemas educacionais de modo criativo e eficiente; expandir a rede pública de ensino fundamental e médio; ampliação da autonomia didática, administrativa e disciplinar das escolas, garantindo-lhes condições materiais e financeiras adequadas através do aperfeiçoamento do nosso velho Fundo Rotativo criado no Governo anterior; revisar as práticas de “correção de fluxo” e “promoção automática”, algumas das quais eu mesmo patrocinei, mas nós precisamos aprender com os nossos erros e não devemos ter nenhum constrangimento em redirecionar os caminhos; instituir o ensino fundamental médio e noturno; educação profissionalizante de nível médio em parceria com instituições de ensino superior, públicas ou privadas.

E aí, teremos ação do meu nepote, segundo a Folha de São Paulo, do meu irmão Maurício Requião, que aliás foi comigo votado porque na campanha já havia anunciado que ele seria o secretário da Educação.

Parece que jornais como “A Folha de São Paulo” preferem o Ingo Hubert e um contrato como o contrato da via digital do museu, algumas pessoas sérias e competentes em cargos públicos.

A velha e falsa moralidade da UDN. Prefiro a moralidade essencial, prefiro colocar no governo, independentemente de crivos e critérios familiares, porque afinal de contas a família se não é uma condição de acesso a um cargo público, muito menos é uma cláusula inflamante.

A competência pode ser, isso não é regra geral, encontrada na família também.

Instituir o ensino fundamental e médio noturno.

Educação profissionalizante de nível médio em parceria com instituições de ensino superior, públicas, privadas e empresas.

Reabertura do IPE.

O financiamento de moradias aos professores e trabalhadores na educação.

Para os que têm boa memória é o nosso velho programa habitacional, o “Maria Augusta”. Um programa específico para os professores que no governo passado batizei de programa “Maria Augusta” em homenagem à professora que me alfabetizou. Uma querida e inteligente professora que lecionava na Escola Americana, na Vicente Machado, quando tinha já 72 anos.

Estas medidas se somam a outras, no sentido da recuperação da auto-estima e da dignidade de nossos mestres. Procuraremos ainda uma maior integração entre a escola e a comunidade. Implantaremos espaços para prática desportiva nas escolas, também aberta à população. Quanto aos esportes retomaremos os eventos regionais, apoiaremos as federações esportivas, inclusive com a realização de eventos nacionais e internacionais.

Apoiaremos atletas paranaenses de destaque. Criaremos em parceria com as universidades, centros de formação regionalizados, direcionados ao treinamento dos nossos atletas.

No entanto, mais que a competição, a política do estado privilegia a participação massiva dos paranaenses em atividades esportivas. Porque o objetivo principal é a hígidez de Higéia, filha de Esculápio, ela e ele deuses gregos da saúde.

A melhoria do nível e da eficiência do ensino superior, a par do fortalecimento do sistema de Ciência e Tecnologia do Estado, integrado por universidades, institutos de pesquisas e instituições como Tecpar, Emater, Iapar e outros é essencial para que criemos um verdadeiro e atuante sistema de inovações tecnológicas no Paraná.

Com o envolvimento das universidades e institutos de pesquisa e tecnologia, públicos e privados, vamos buscar soluções para o desenvolvimento sustentado das regiões e a criação de uma rede de incubadoras tecnológicas que possam dar suporte à empresa paranaense.

E, hoje, resolvi ressuscitar um antigo e maravilhoso programa de desenvolvimento tecnológico na região de Pato Branco, convidando e nomeando para uma força tarefa de reativação do programa articulado com o conjunto das secretarias de estado, o nosso velho companheiro ex-ministro da saúde, Alcení Guerra, criador do projeto durante o governo passado.

Com o envolvimento das universidades e institutos de pesquisa e tecnologia, públicos e privados, vamos buscar soluções para o desenvolvimento sustentado das regiões e a criação de uma rede de incubadoras que possam dar suporte à empresa paranaense.

A democratização da informática, o amplo acesso à Internet, a interligação das escolas, das prefeituras, das bibliotecas à rede são objetivos, que já começamos a perseguir. Para tanto, a empresa estadual de informática, a

Celepar, volta a pôr-se no centro da cena para oferecer ao Paraná tecnologias avançadas, eficientes e a todos acessíveis. E, desde logo, como governador do Estado, quero pedir à Assembléia o apoio a um projeto do deputado Tadeu Veneri estabelecendo prioridade absoluta para os sistemas abertos de informática, quando isso for possível, como Linux e outros na utilização pelo Estado. Não consigo entender por que se compra a preços absurdos um sistema tecnológico de informática quando, abrindo simplesmente um computador temos, a custo zero, sistemas oferecidos de forma eficiente, duradoura e com uma multidão de técnicos no mundo inteiro dedicados ao seu aperfeiçoamento a cada dia. Que a Assembléia vote rapidamente esse projeto do Tadeu, porque estou ansioso pela possibilidade de colocar sobre a sanção desse novo governo.

No que toca à saúde já demos a largada com medidas concretas para aumentar a eficiência e a qualidade da oferta dos serviços. Eis algumas ações na área: do ponto de vista organizacional estas serão as políticas: descentralização; regionalização e otimização dos custos; parcerias com universidades; padronização de atendimento; informatização de processos e integração das entidades de saúde; geração de base de dados; revisão das relações SUS com os convênios; revisão da estrutura de abrangência das regionais de saúde; melhoria no fornecimento e remanejamento de equipamentos e medicamentos; leilão reverso para compras; revisão da situação do IPE e do Hospital da Polícia Militar.

O nosso secretário Reinhold Stephanes já tem um projeto alinhavado que será discutido com o governo. Reinhold, se possível amanhã cedo!

Quanto à estrutura de atendimento, esta é a política: expansão do Siate, da rede de postos de saúde 24 horas; a transformação de unidades da Santa Casa em hospitais regionais - e reafirmo aqui o compromisso assumido na campanha com Paranaíba. Vamos rapidamente a Paranaíba ver como podemos, definitivamente, resolver o problema da Santa Casa que está falida e não encontra condições de sobrevivência, mas que é sem a menor sombra de dúvidas a melhor opção para um Hospital Regional na região.

Então, é a política da expansão do Siate, da rede de postos de saúde 24 horas; a transformação de unidades da Santa Casa em Hospitais Regionais; expansão da hemorrede, dos Centros de Reabilitação, de Saúde ocupacional e mental; incentivo ao desenvolvimento de novas tecnologias para a produção de medicamentos a preço de custo, em parceria com o Tecpar - serviço de atendimento telefônico ao usuário.

Na reunião do Conesul que tivemos há três dias atrás em Porto Alegre, a preocupação constante de todos os governadores era sobre uma quadrilha de venda de medicamentos que age no Brasil e nos Estados. E chamavam a atenção os governadores do Rio Grande e de Santa Catarina para o fato dos laboratórios não comparecerem nas concorrências, produtores exclusivos dos medica-

mentos e que, através dos seus distribuidores, maximizavam de forma rigorosamente inaceitável os preços. Aqui no Paraná, apesar de alguns jornais desinformados terem declarado que o Estado estaria tendo dificuldades para repor medicamentos, isso não é exatamente o que ocorreu.

O que ocorre é o seguinte: temos alguns medicamentos contra a rejeição que são fabricados por um único laboratório que tem um único distribuidor; o Estado tem condições de comprá-los, mas quem não tem condições de vender é o laboratório que estava na lista negra dos fornecedores, através da sua inadimplência com o governo federal.

As ações nas unidades básicas de saúde buscaram expandir o programa “Saúde da Família”, em parceria com os municípios. Da mesma forma, retornaremos a implantação de programas de saúde preventiva. A vigilância sanitária, o controle de epidemias, o aleitamento materno, a hipertensão arterial, diabetes, mortalidade infantil, a saúde da mulher, o diagnóstico precoce de doenças para idosos serão algumas das preocupações da saúde preventiva. Assim como desenvolveremos ações para prevenir e controlar as doenças transmissíveis e não transmissíveis. A educação para o trânsito, a prevenção e controle de acidentes merecerão também atenção especial. Na área da cultura elaboramos uma estratégia para incorporar a dimensão cultural no dia-a-dia da sociedade paranaense. É preciso que o processo cultural rompa os limites a que se circunscreve, que são limites da cultura como espetáculo ou como evento lucrativo, ou de lazer para ganhar o conjunto da sociedade, que é, em última e definitiva análise, a verdadeira produtora do processo cultural. Não se concebe com uma sociedade desenvolvida, justa, que não promova inclusão social sem ações culturais amplas, populares e que contribuam, de forma efetiva, para a promoção e o engrandecimento das pessoas.

Nesse sentido, o Teatro Guaíra, da nossa Vera Mussi, da Secretaria da Cultura, agora comandado pelo pulso firme e pela inteligência e capacidade comprovada da nossa Nitis Jacon, não será apenas um teatro curitibano, suas ações serão parantzadas. Da mesma forma acontecerá com a nossa Biblioteca Pública e com a nossa Orquestra. A nossa televisão e as nossas rádios serão revigoradas como veículos de difusão da cultura paranaense. Mais ainda, buscaremos permanentemente a integração cultural com os países latino-americanos, principalmente com os países do Conesul.

Um novo modelo de desenvolvimento deve respeitar os limites de uso e ocupação do território paranaense e de seus recursos naturais, dizer, a questão ambiental deve ser incorporada à estratégia de desenvolvimento em toda a sua extensão.

Para tanto, faremos um zoneamento ecológico-econômico para definir potencialidades e limites no uso dos recursos naturais. Simultaneamente, vamos construir uma base de dados confiável sobre os nossos recursos

ambientais, a fim de assegurar sua conservação e recuperação do solo. Temos como política a elaboração de uma gestão integrada de recursos naturais de modo a estimular a preservação e promover o desenvolvimento rural e urbano sustentado.

Vamos instituir um sistema de informações ambientais e um sistema de monitoramento adequado às diferentes atividades econômicas. Vamos implantar um cadastro único de multas, licenças, outorgas, fiscalização e autorizações.

Vai acabar a “industrialização” da multa no Estado do Paraná.

Vamos fortalecer as instituições ambientais, com a capacitação de seus funcionários, colocando à disposição equipamentos e meios para que bem realizem as tarefas.

Vamos criar o Sistema Estadual de Unidades de Conservação, com a implantação e manutenção de plano de manejo das unidades que compõem o sistema. Vamos criar e ampliar os conselhos municipais de meio ambiente, vamos rever os conselhos estaduais de meio ambiente, recursos hídricos e desenvolvimento do litoral.

O saneamento e a coleta seletiva em áreas urbanas e a recuperação de cobertura florestais são dois outros temas que vão merecer do nosso governo uma atenção muito especial.

Por fim, implantaremos programas permanentes de educação ambiental, para que todos os paranaenses participem dessa grande ação de preservação da nossa terra.

A quarta e última linha de ação é certamente a resultante de todas as anteriores e concentra-se na ampliação do emprego e da cidadania para o conjunto dos paranaenses. Uma estratégia de transformação social deve priorizar, e vamos priorizar, o seguinte:

Criar um programa de segurança alimentar em que o leite será distribuído para as crianças na fase pré-escolar, organizando a bacia leiteira do Estado e melhorando as condições nutricionais das crianças pobres das zonas urbana e rural.

Estimular a criação de empregos em setores intensivos em mão-de-obra. Criar mecanismos que induzam a distribuição de renda e a mudança social através da vinculação dos programas a uma atividade, como por exemplo o “Bolsa Escola”. Combater o crime, a violência com programas de prevenção, especialmente programas que trabalhem com jovens em vulnerabilidade

Com jovens em vulnerabilidade, profissionalização dos recursos humanos em todo o setor público, desenvolver os sistemas de transporte urbano eficientes nas regiões metropolitanas, reformular a política paranaense de habitação, criando estímulos para a auto-gestão e auto-construção, subsidiando os pobres, segundo os programas em elaboração na Cohapar, implantar uma nova política de saneamento no Estado, fazendo com que a Sanepar aja como uma empresa pública, com transparência, equidade e democratização da política tarifária e avaliação dos serviços, implantar uma política pública que favoreça o acesso ao serviço de saneamento às

famílias de menor renda, de forma a reduzir a doença e mesmo a pobreza nas periferias das médias e grandes cidades. Transparência absoluta na administração pública, o envolvimento da sociedade na fiscalização da ação governamental. Apoio duro, firme e decidido ao Tribunal de Contas. Há três dias atrás o presidente Henrique Naigeborn do Tribunal de Contas nos mandou uma análise da situação do município de Matinhos e junto com a análise uma recomendação - a intervenção no município para que o descalabro seja encerrado.

Estou entregando hoje o decreto de intervenção que deve ser votado por esta Assembléia e na forma do que estabelece a nossa Constituição. Em seguida pretendo nomear pelo período de um ano um interventor para levantar todas as irregularidades e viabilizar uma administração séria, a possibilidade concreta de investimentos do governo do Paraná no litoral, principalmente nessa área de Matinhos e Caiobá e a instalação das nossas Universidades prometidas na campanha. Não é isto, Aldair? Nosso secretário do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia.

Reestruturação administrativa do Estado, adequando sua estrutura a implantação de políticas voltadas a esse novo compromisso de desenvolvimento.

Em síntese, as grandes linhas de ação do plano de governo que vamos fazer valer nos próximos quatro anos. Viemos para mudar e mudança significa emprego, bons salários, saúde, segurança e educação, não como temas de discurso e sim como ações governamentais efetivas e tais ações realmente se efetivarão se contarmos com o apoio e a contribuição indispensáveis desta Assembléia.

No centro de nossas preocupações, como alvo dessas ações, devem estar sempre os paranaenses, as pessoas. Um governo só tem sentido de ser, só merece respeito, só deve ser sustentado e apoiado se tiver como princípio, meio e fim os interesses populares. A vida de cada um, o emprego, o nosso sustento, a segurança das nossas famílias, a boa escola para os nossos filhos, a saúde, a casa para morar, o direito ao lazer, a cultura, a alegria de viver, a tranquilidade no presente e a segurança no futuro. É isto que interessa. É uma sociedade assim, mais igual, mais justa, mais desenvolvida, mais feliz, com uma maior auto-estima, envaidecida de suas conquistas, é uma sociedade assim que juntos vamos construir.

Nesses próximos quatro anos de governo sentiremos orgulho de sermos paranaenses. É o nosso compromisso.

Senhoras e senhores deputados, comecei a minha vida pública nesta Casa. Tenho por ela a mais elevada estima e o maior respeito. A parceria, presidente Hermas Brandão, com o Poder Legislativo é imprescindível para que o governo tenha êxito e êxito significa honrar cada um dos compromissos que assumimos com os paranaenses. Trabalharemos juntos e juntos faremos as

mudanças tão exigidas pelo nosso povo. E a Deus, criador, a prece fervorosa do crente.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta Presidência informa ao Plenário que recebeu um requerimento formulado pelo deputado Ângelo Vanhoni, líder do Governo, devidamente apoiado por 26 senhores parlamentares, nos seguintes termos:

(Lê):

REQUERIMENTO Nº 004

SÚMULA:

Requer a transformação da Sessão Plenária do dia 18 de fevereiro de 2003 em comissão Geral.

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário a transformação da Sessão Plenária ordinária de amanhã (18 de fevereiro de 2003) em Comissão Geral, para apreciar, conforme artigo 122, parágrafo 3º, V, do Regimento Interno desta Casa de Leis, de Mensagem Governamental que trata de intervenção no município de Matinhos/PR.

Sala das Sessões, em 17.02.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoiamento

Marcos Isfer, Luciana Rafagnin, Antonio Anibelli, Delegado Bradock, André Vargas, José Maria Ferreira, Padre Paulo, Ademir Bier, Elza Correia, Cida Borghetti, Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Carlos Simões, Renato Gaúcho, Natálio Stica, Pastor Edson Praczyk, Tadeu Veneri, Elton Carlos Welter, Waldir Leite, Hermes Fonseca, Vanderlei Iensen e Chico Noroeste.

Esta Presidência deferiu.

Recebido o requerimento, conforme o artigo 107 do Regimento Interno.

Comunica também um requerimento de autoria do senhor deputado Tadeu Veneri, constante do expediente, nos seguintes termos:

REQUERIMENTO Nº 005

Senhor Presidente:

O deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma regimental e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. governador do Estado do Paraná, solicitando as seguintes informações a respeito de operações realizadas pela Copel, consistente na aquisição de créditos tributários, conforme reportagem publicada na Folha do Paraná, dias 06 e 08 de fevereiro de 2003:

- datas e comprovantes das operações realizadas com a Olvepar;

- nome de todos os responsáveis pelas transações envolvendo a aquisição de créditos tributários;
- razão social de todas as empresas que realizaram operações com a Copel envolvendo a aquisição de créditos tributários, nos últimos 4 anos.

Informar ainda:

- se a aquisição de créditos se deu diretamente pela Copel ou pela intermediação de outras empresas;
- se a operação se deu intermediada por empresas, indicar a razão social de todas as envolvidas e a forma que se deu o pagamento, se em cheques ou TED - Transferências Eletrônicas;
- indicar o banco e agência onde se deu as transferências através de cheques, TED's ou outras.
- juntar cópia dos comprovantes de todas as operações realizadas, assim como os comprovantes das transferências dos recursos financeiros.

Sala das Sessões, em 17.02.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do deputado estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

As denúncias divulgadas no referido jornal são gravíssimas e representam um grave dano ao patrimônio público do Estado do Paraná.

É responsabilidade do Legislativo Estadual contribuir nas investigações dando ao Estado garantia do cumprimento dos princípios da moralidade, da legalidade, da publicidade e da eficiência previstos no artigo 37 da Constituição Federal.

O requerimento será votado na Sessão de amanhã.

Antes de encerrar a presente Sessão, esta Presidência deseja expressar seu mais profundo agradecimento, pela presença das autoridades civis, militares, eclesiásticas e representativas do corpo consular, bem como os demais presentes, que aqui compareceram, honrando e dignificando este Poder Legislativo.

Solicito a comissão anteriormente designada para que acompanhe S. Exa. Roberto Requião durante sua permanência nesta Casa de Leis.

Convido aos presentes para ouvir o Hino do Paraná, a ser cantado pelo Coral Paraná e executado pela Banda de Música da Polícia Militar do Paraná, após o que estará encerrada a presente Sessão.

(Execução do Hino)

Levanta-se a Sessão.